

CARTA POLÍTICA



Nós mulheres negras, indígenas, quilombolas, de terreiro, agroextrativistas, ribeirinhas, agricultoras urbanas, agricultoras familiares e camponesas, juntamente com técnicas e educadoras de organizações de apoio à promoção da agroecologia, em defesa da soberania alimentar e contra o racismo, construímos o I Seminário Nacional “Mulheres em Luta contra o Racismo Ambiental e por Justiça Climática”, realizado em Brasília, no Distrito Federal, entre os dias 16 e 18 de abril de 2024. Dois anos após o I Encontro realizado em junho de 2022, no Maranhão, voltamos a nos encontrar. Neste momento, nós do GT Mulheres da ANA, reafirmamos nossa parceria com a Articulação das Mulheres do Cerrado e a Marcha das Margaridas, para debater o racismo cotidiano vivenciado por nós, falar de nossas lutas de resistência e defender propostas alternativas.

A história da Articulação Nacional de Agroecologia vem sendo ressignificada com o engajamento crescente das mulheres e o fortalecimento da perspectiva feminista e antirracista. No IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), na cidade de Belo Horizonte, em 2018, as mulheres negras, indígenas e quilombolas lideraram uma manifestação mostrando a urgência de integrar à abordagem agroecológica as dimensões racial e étnica e a luta antirracista, reafirmando o feminismo e a luta antipatriarcal e anticapitalista. Um grito uníssono se fez ouvir: “Se tem racismo, não tem agroecologia”. Esse ato representou um passo importante, somando-se às mobilizações que desde 2014, no III ENA, em Juazeiro da Bahia, contou com as primeiras plenárias dos povos indígenas e comunidades quilombolas nos espaços da ANA.

Neste Seminário, reunimos mais de 40 mulheres, vindas das cinco regiões do país, representando 15 estados e com experiências e vivências de 5 biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal. Rememoramos as reflexões sobre os fatos e atos expressos no encontro do Maranhão através das denúncias contra as várias formas de violência que se abatem sobre os corpos das mulheres e seus territórios, ameaçando seus modos de vida.

As consequências do golpe de 2016, intensificadas pela necropolítica do governo Bolsonaro, com o desmonte de políticas públicas, carestia e a indignidade da volta do país ao mapa da fome, além dos epistemicídios dos saberes tradicionais, africanos e indígenas, a perseguição às religiões de matriz africana e o genocídio das populações negras e dos povos indígenas, foram lembradas.

Neste momento de reconstrução do país e retomada das políticas públicas e dos espaços de participação e controle social, a partir da eleição de Lula, em um governo de coalizão, reafirmamos a defesa de um projeto democrático e popular de sociedade e nos colocamos como parte desta luta.

Neste contexto, reconhecemos a importância dos novos Ministérios da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas e a reconstituição do Ministério de Desenvolvimento Agrário e do Ministério das Mulheres como expressões do compromisso de Estado em diálogo com cláusulas sobre direitos dos povos de nossa Constituição. Destacamos também a iniciativa positiva da retomada dos espaços de participação social e controle social dos conselhos e comissões, assim como a reativação de políticas públicas e programas, e novas iniciativas.

Porém não nos abdicamos da crítica aos incipientes orçamentos e risco do país tornar-se cada vez menos republicano com a subordinação do Poder Executivo ao Legislativo com o peso das emendas parlamentares em detrimento dos recursos orçamentários para as Políticas Públicas. Reforçamos a necessidade de políticas de proteção aos territórios e à vida, de um olhar atento e de uma resposta ágil e efetiva do Governo Federal frente às ofensivas violentas e criminalização das nossas lutas.

Sabemos que este é um caminho de contradições, de injustiças estruturais e históricas que permanecem. Lamentos de dor mostraram que não basta ser antirracista, também é preciso ser anticolonial. E na luta antirracista, o racismo ambiental e institucional ecoaram durante o seminário, relacionando os significados do território como lugar de partilha e de vida que estão sob ameaças.

Os vários depoimentos das mulheres sublinharam as manifestações do racismo ambiental e estrutural que se expressam:

- (i) na negação da identidade aos povos indígenas por não terem o traço fenotípico estereotipado ou pela perda de culturas e práticas como a língua materna.
- (ii) na ameaça aos modos de vidas tradicionais através do turismo predatório, a expansão dos parques eólicos e as fazendas solares;
- (iii) na busca pelo apagamento das culturas alimentares tradicionais que tem o alimento como memória, história e vida, expressas em seus rituais e festas;
- (iv) na invisibilidade de práticas tradicionais das comunidades quilombolas que fazem a preservação ambiental e destacam a importância do autoconsumo, não valorizando apenas o que se vende;
- (v) nas propostas de programas e políticas de caráter produtivista e de “embranquecimento” que não dialogam com a diversidade dos povos e suas culturas;
- (vi) nas ameaças à vida das lideranças mulheres que são obrigadas a sair de seus territórios, tanto no campo, por defenderem seus territórios de vida e produção, quanto às mulheres das cidades por defenderem seus direitos e autonomia em territórios onde há poderes paralelos;
- (vii) na negação da condição de acesso à política públicas como educação, saúde, cultura, que seguem excluindo a população negra, povos e comunidades tradicionais;
- (viii) na manutenção de um modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio que promove desmatamento e utiliza da pulverização aérea de agrotóxico e, de forma violenta, impede as práticas tradicionais de vida e relações nos territórios.

“Somos as antepassadas do futuro!”

As discussões trazidas por nós mulheres negras, de povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas da agroecologia destacam o elo entre a agroecologia e a espiritualidade. Também afirmamos que não há como falar de

agroecologia sem falar de ancestralidade e da nossa relação com a natureza. Reconhecemos que práticas ancestrais femininas de matriz indígena e africana, mantêm e protegem a agrosociobiodiversidade, com resistência e resiliência, afeto, cuidado e cura para os nossos Corpos-Territórios. Essas práticas com justiça social e ambiental tornam-se necessárias para afirmar os princípios do bem viver, a partir do reconhecimento de que somos sementes e ancestralidade e que nossos passos vêm de longe!

Afirmamos nossa luta contra a lógica extrativista e destruidora do agronegócio, com o uso de agrotóxico e da pulverização aérea, do garimpo, das multinacionais de mineração, das corporações da economia verde que histórica e sistematicamente destroem nossos biomas e territórios e nos violentam e matam. Tudo em nome do lucro e da acumulação de poucos.

“Nada de nós sem nós”

Nossas propostas dirigidas ao governo federal emanam do seminário em diálogo com as propostas da Articulação das Mulheres do Cerrado e da Marcha das Margaridas que devem repercutir positivamente entre os povos e comunidades tradicionais dos vários biomas:

1. Priorizar por parte dos órgãos federais e estaduais, a identificação, demarcação e titulação dos territórios indígenas, quilombolas, de povos e comunidades tradicionais, bem como a implementação da política de reforma agrária, como condição fundamental para o enfrentamento à violência e para o fortalecimento da organização política das mulheres.
2. Apoiar as organizações das mulheres nos territórios e em redes, acompanhado do incentivo às sistematizações e intercâmbios de conhecimentos das mulheres da agroecologia;
3. Reconhecer a importância dos Protocolos de Consulta Livre, Previa e Informada (Convenção 169, da OIT) como instrumento de defesa dos povos em seus territórios.

4. Rever a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto no 5.813/2006), para garantir proteção e fomento para as práticas tradicionais de produção e comercialização de remédios caseiros, bem como reconhecer o ofício dos raizeiros e respeitar seus protocolos comunitários bioculturais.
5. Organizar Mesas de diálogo que possam identificar e superar leis e regulamentos que criminalizam ou impedem práticas tradicionais de produção, distribuição, preparo de alimentos, a exemplo da Mesa CATRAPOVOS, visto que a biodiversidade está intrinsecamente ligada aos modos de reprodução da vida;
6. Estimular os protocolos bioculturais elaborados de forma participativa, reconhecendo que as comunidades tradicionais não separam o manejo da floresta das práticas agrícolas, e experimentar maneiras de integrar a diversidade da produção agrícola das mulheres nesses protocolos;
7. Revisar programas e políticas que mercantilizam e financeirizam a natureza e tiram dos povos sua autonomia sobre suas terras e seus territórios.
8. Promover ações concretas para frear ou combater as violências no campo, nas florestas e nas águas, assim como todas as práticas de criminalização das lutas socioambientais.
9. Assegurar a demarcação, proteção e sustentabilidade dos territórios indígenas respeitando os direitos constitucionais dos povos indígenas e afirmando sua consigna: “Nosso marco é ancestral e não temporal.
10. Garantir leis que apoiem e protejam as práticas de agroextrativismo vegetal sustentável e da fauna conservadas pela nossa sociobiodiversidade, respeitando o livre uso e acesso da biodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais e camponesas.

11. Garantir os recursos e as condições necessárias de acesso para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Garantia de Preços Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), com aplicação das cotas de participação das mulheres agroextrativistas e camponesas e adotando metodologia que garanta preços justos e acesso desburocratizado à PGPMBio, com equiparação de preços para compras dos alimentos destinados ao PNAE e PAA.

Seguiremos exigindo a reparação histórica da escravização e das práticas colonialistas com a retomada e demarcação dos nossos territórios de direitos, as políticas de cotas, a valorização das ancestralidades e o fim da violência doméstica e de Estado. Seguiremos também vigilantes na defesa dos espaços de participação efetiva das mulheres negras, indígenas e quilombolas e da garantia de que as políticas públicas cheguem de fato aos nossos territórios.

Por fim, convocamos a sociedade para a construção de uma agroecologia antirracista, feminista e anticapitalista, sustentada pelos princípios da ancestralidade e o sagrado, na luta pelo equilíbrio ecológico, justiça socioambiental, que fortaleçam nossa espiritualidade e a relação com a mãe natureza e a defesa da vida.

Brasília, 18 de abril de 2024

SE TEM RACISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

SEM FEMINISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

Organizações presentes no seminário:

- Agência 10envolvimento
- Articulação Mulheres do Cerrado
- Articulação Nacional das Pescadoras - ANP
- Articulação Paraense de Agroecologia
- Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura - Acesa
- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA-NM
- Conselho Indigenista Missionário - CIMI
- Coletiva As Caboclas
- Coletivo Jardim das Ervas Sagradas
- Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra do Brigadeiro
- Comunidade Extrativista de Xapuri - Ac.
- Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - CONAQ
- Comissão Pastoral da Terra - CPT
- Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA
- CTG
- FASE - Solidariedade e Educação
- GT Ancestralidade da ABA
- GT Mulheres da AARJ
- Marcha Mundial das Mulheres - MMM
- Movimento de Organização Comunitária - MOC
- Movimento Social de Articulação e Resistência Quilombola do Maranhão – MOQUIBOM
- Núcleo Jurema – Feminismos, Agroecologia e Ruralidades
- Rede de Agroecologia do Maranhã - RAMA
- Rede Feminismo e Agroecologia
- Sempreviva Organização Feminista - SOF
- Teia de Solidariedade da Zona Oeste do RJ